



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1341/09	DATA: 01/09/2009
INÍCIO: 14h54min	TÉRMINO: 16h48min	DURAÇÃO: 01h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h56min	PÁGINAS: 58	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos. Discussão do roteiro de reuniões em outros Estados.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 9ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Alexandre Santos, Relator desta Comissão.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Foi distribuída síntese das correspondências recebidas pela CPI, cujas originais encontram-se à disposição para consulta na Secretaria da Comissão.

Passamos à Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, deve ter sido uma falha minha. Eu não recebi essa síntese das correspondências a que V.Exa. aludiu. Não sei se os demais membros receberam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos verificar e, se for o caso, determinar que seja encaminhado o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Item 1) Apreciação de requerimentos; Item) Discussão do roteiro de reuniões em outros Estados.

Item 1.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento. Ele tem o número 6 na Ordem do Dia. Eu quero justificar muito rapidamente por que vou solicitar a retirada dele, Sr. Presidente.

Tenho uma relação muito grande com o setor cooperativista. Integro a FRENCOOP, e todos nós sabemos do papel fundamental das cooperativas de eletrificação rural para expandir o serviço de distribuição de energia. E, depois, tivemos toda uma revisão à luz de mudanças institucionais, à luz inclusive do Programa Luz para Todos. Isso exigiu que fosse redefinido o papel relativo das companhias cooperativas de eletrificação rural.

Apresentei esse requerimento motivado e solicitado pela OCB, com quem me orgulho de ter uma relação muito próxima, Sr. Presidente, mas confesso que, analisando-o mais profundamente depois, acho que ele guarda até uma incoerência com aquilo que eu defendi aqui na Comissão, na reunião anterior, e pretendo sempre defender. Ou seja, nós devemos debater essa questão, mas acho que, para não retirarmos aquilo que entendo seja o foco da Comissão, ficaria o contraditório.

Então, por essa razão, solicito a V.Exa. que retire esse requerimento de pauta. Vou continuar a tratar dessa questão, mas pelos espaços apropriados, pela Comissão de Minas e Energia ou por meio de outras iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Defiro a retirada de pauta, a pedido do Deputado Arnaldo Jardim, autor do requerimento.

Consulto V.Exa., Deputado Arnaldo Jardim, se V.Exa. gostaria de retirar de pauta apenas ou gostaria de que fosse retirado definitivamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Retirar o requerimento definitivamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Muito obrigado.

Sobre a mesa Requerimento nº 53/09, do Sr. Deputado Cleber Verde, que requer expedição de ofícios à Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL para prestar esclarecimentos à CPI.

Com a palavra o Relator, Deputado Alexandre Santos, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, é uma solicitação do Deputado Cleber Verde à Agência Nacional de Energia Elétrica para a prestação de esclarecimentos à CPI.



Portanto, dentro da solicitação de esclarecimentos, Sr. Presidente, sou pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto se mais algum Parlamentar gostaria de encaminhar.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, é possível discutir ou só encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Só encaminhamento, mas V.Exa. fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, estou encaminhando inclusive a favor, se o autor — não sei se S.Exa. se encontra presente — me permitir.

Sr. Presidente, o requerimento de iniciativa do nobre Deputado Cleber Verde busca detalhar informações sobre a CDE — Conta de Desenvolvimento Energético. É um dos encargos que mais oneram o custo de energia. Acho que por aí vamos para um bom caminho para entender exatamente o que é o custo da energia no nosso País. É significativo. Isso no ano de 2009, como bem destaca o requerimento. Sabe bem disso o Relator, Deputado Alexandre Santos e todos os outros Parlamentares. É um custo de 2,8 bilhões. Só isso é responsável por aproximadamente cerca de 3% do custo da energia do nosso País. Imaginemos nós que possamos, como disse na reunião anterior, rejeitar a Medida Provisória 466, da CCC. Nós já faríamos uma grande economia. E podíamos, depois, na sequência, cortar a CDE. Aí, sim, nós estaríamos atacando as causas do custo de energia no nosso País. Mas o requerimento fala da CDE e, depois, solicita que a informação seja no sentido de saber se a CEMAR, do Maranhão, está recebendo alguma cota desse subsídio. Não sei se há, nobre Relator — e aí eu me penitencio por, de repente, já termos essa informação anterior —, mas eu queria propor uma ampliação do espectro, para que nos informasse aqui, a solicitação que se encaminha à ANEEL, sobre a destinação dos recursos da CDE. Como estão sendo aplicados? Não só no Maranhão. Como tem sido a distribuição e qual tem sido a destinação desses recursos da CDE?



Da mesma forma, por coerência também, que nós pudéssemos ter, Sr. Presidente, no item 2, em que solicita que a ANEEL apresente um estudo matemático comparativo de eficiência econômica, de custo operacional e de manutenção de todas as empresas de distribuição de energia elétrica, fazendo um comparativo entre a CEMAR, do Maranhão, e a ELETROPAULO; entre a CEMAR e a companhia distribuidora do Distrito Federal; entre a CEMAR e a companhia do Amapá.

Acho que a solicitação que deveríamos ter nesse quadro aí, que é, repito, sobre eficiência econômica, custo operacional e manutenção, deveria ser um quadro do conjunto das distribuidoras.

Então, o meu encaminhamento é a favor, com essa ampliação, porque acho que isso daria um subsídio de comparação e destino da CDE, que seria melhor para os trabalhos desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, só para informá-lo, Deputado Arnaldo Jardim, que, no Requerimento nº 55, que vem após, estou solicitando detalhadamente todos os CDEs, RGRs, todo os detalhamentos, ano a ano, e de todo o contexto nacional, indo dentro da sua linha de nos aprofundarmos nos conhecimentos dos penduricalhos que nós falamos aqui na reunião passada.

Portanto, louvo a ponderação do Deputado Arnaldo Jardim, uma vez que não só no Estado do Maranhão, mas também na ênfase em todo o contexto nacional. E já aviso que, no Requerimento nº 55, que advém logo após, já estão contempladas essas posições que S.Exa. apresentou.

Era exatamente isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, primeiramente, agradeço ao Deputado Alexandre Santos. Eu não havia visto ainda. Estamos pela ordem aqui. Eu não tive tempo de estudá-lo antes. Mas há uma distinção só aqui, porque o requerimento do nobre Deputado Cleber Verde solicita que esses



esclarecimentos sejam feitos — acho que de uma forma correta — pela ANEEL. O requerimento do Deputado Alexandre Santos a que S.Exa. aludiu, o de número 55, requer que essas informações sejam solicitadas à ELETROBRÁS. Acho que, de repente, nós poderíamos alterar. Penso que a instância adequada — a ELETROBRÁS, não sei bem — seria a ANEEL mesmo.

De repente, nós podíamos fazer a junção dos 2 requerimentos para que tenha a amplitude proposta pelo Deputado Alexandre Santos, mas a destinação correta parece-me ser a ANEEL.

Já adianto, Sr. Presidente, que até se fosse deliberação do Plenário nós poderíamos aprovar e delegar para ser ajustado o requerimento. Não é para protelar aqui. Mas a amplitude acho que fica melhor. Em segundo lugar, a destinação à ANEEL é o mais adequado. Por isso, proponho também que, quando chegarmos ao Requerimento nº 55, essa adequação seja feita.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem. Depois de V.Exa. ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, é exatamente essa a linha. Acho que se há um requerimento que vai balizar muito a nossa atuação é esse de nº 55, mas de fato deve ser destinado à ANEEL. É claro que a ELETROBRÁS deve ter as informações, mas a ANEEL é o foco da nossa CPI, a relação com a ANEEL. É claro que no nosso entendimento é que a partir dali teríamos os desdobramentos e as informações mais do que precisas para vermos a quantidade de adicionais e penduricalhos que há na tarifa de energia elétrica. Certamente, um dos fatores que a transformam em uma das mais caras do planeta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto agora, para o encaminhamento final, o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu acho que todas as ponderações só vêm a somar tanto no requerimento do Deputado Cleber Verde quanto nas observações ora feitas pelos nobres Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, sou de total aprovação do que possamos fazer aqui, redefinir, inclusive redesenhar para quem é que nós estamos, em vez de



solicitarmos. Acho que poderíamos até solicitar à ANEEL. Para não ficarmos em dúvida, fazermos também à ELETROBRÁS o mesmo pedido, para que possamos, em breve tempo, ter a resposta necessária das duas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, queria fazer duas ponderações. A primeira é que o Democratas iniciaram neste dia, a partir de agora, um processo de obstrução nas Comissões. Como Vice-Líder do meu partido, teria de seguir essa orientação, em função da não concordância com a estratégia adotada pelo Governo de estabelecer como marco regulatório 3 projetos de lei que não apenas têm um regime de urgência constitucional — esta Casa terá de deliberar por 90 dias —, como também no seu mérito há enormes discordâncias quanto à sua aprovação. O Democratas o faz na certeza de que é um posicionamento político que serve não apenas de advertência, mas também como uma forma de não aceitação com o processo que está sendo imposto a esta Casa. O Governo discutiu durante 2 anos. Ficaram diversos meses até poder elaborar o projeto, e agora querem que nós, de forma açodada, em 90 dias, possamos chegar a uma deliberação.

Pela minha voz, V.Exa. pode perceber que estou rouco, estou um pouco gripado, mas não é gripe suína.

Peço a V.Exa., como procedimento de acordo, que votasse 3 itens apenas da pauta e encerrasse, a fim de que não tivéssemos de pedir verificação — não há *quorum*, V.Exa. sabe disso — e pudéssemos não prejudicar de todo esta Comissão, esta sessão, e também atendermos ao partido Democratas, que está se posicionando de forma muito clara nas Comissões, para que nós não tivéssemos esse tipo de procedimento sem ser amplamente divulgado a partir de agora.

O segundo ponto é que entramos com um requerimento para a criação de 3 subcomissões, se o Relator não se obstaculizar. Acho que não deve, porque a CPI tem 3 pontos claramente a serem investigados: a produção, a transmissão e a distribuição. Então, a intenção é que V.Exa. pudesse ter 3 auxiliares, juntamente com a sua coordenação, para poder estabelecer não apenas de forma mais profunda e célere, mas como uma forma de podermos agregar mais informações,



organizar melhor os trabalhos. Então, foi dada entrada agora nesse requerimento. Deverá ficar para a sua votação num segundo momento. E já dou de antemão — acho que o Relator não vai se opor — conhecimento à Comissão sobre esse procedimento. Então, espero que V.Exa. entenda a posição deste Parlamentar. Não queremos, tanto que estou propondo um acordo. A orientação do partido é de que, de forma rápida, possamos encerrar o trabalho das Comissões. Porém, como é uma CPI, acho que o procedimento tem de ser um pouco diferente. E aí V.Exa. escolheria um plenário para propor esse acordo para que se vote 3 itens e depois encerráramos a sessão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Apenas para consultar a Mesa se há requerimento no sentido de criação de subcomissões. Já deram entrada na Mesa da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ainda não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Então, proponho que isso seja discutido se houver requerimento formal.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Estou dando entrada agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Perfeito.

Gostaria de fazer um apelo ao Deputado Cajado e informar que a CPI tem prazo regimental para acabar os trabalhos. Então, o nosso prazo de encerramento seria 28 de outubro. Todo o tipo de obstrução para os trabalhos desta Comissão é prejudicial para a conclusão, para que o Relator faça o relatório final.

Então, gostaria de consultar o Plenário, porque vamos decidir em conjunto, e também fazer uma intervenção ao Deputado Cajado. Temos 1 pedido de convocação e 5 de informação. Um deles foi retirado pelo autor. Então, gostaria de fazer uma consulta a S.Exa. para que possamos votar 3 de informação e 1 de convocação, já que temos 2 de convocação. Um foi retirado, votaríamos o outro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, amanhã haverá uma nova reunião?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não. Amanhã será só audiência pública. Não iremos deliberar sobre requerimentos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O.k. Contanto que nós pudéssemos, no processo de discussão, não nos estender muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Perfeito.

Gostaria de agradecer ao Deputado Cajado, aqui como Vice-Líder do Democratas.

Passamos ao processo de votação.

Consulto se mais algum Parlamentar gostaria de fazer algum encaminhamento a respeito do Requerimento nº 53, de 2009.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Obrigado.

Sr. Presidente, só para indagar se a minha proposta de ampliação, subscrita pelo Relator, está acolhida e se vamos votar o requerimento dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pergunto ao Relator se iremos incluir no requerimento do Relator, ou no requerimento do Deputado Cleber Verde?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Acho que poderia ser no requerimento do Deputado Cleber Verde, porque já está direcionado. Esse já passa. Nós já abrangemos a solicitação e ganhamos tempo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, peço ao Deputado Arnaldo Jardim que coloque mais uma vez, para que possamos colocar no processo de votação para que fique claro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, ficou feito o acordo de procedimento. Acho que V.Exa. concordou de votarmos apenas 4 itens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Exato. Três de informação e 1 de convocação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E fica encerrada a sessão. Então, vou deixar o Deputado Junqueira, do Democratas, na condução do processo.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, eu respeito muito que o senhor tenha feito um acordo com o DEM. Eu não participei desse acordo e pretendo discutir todos os itens que estiverem aqui. Então, eu queria só saber se esse acordo é um acordo do senhor, paralelo. O senhor vai interromper a sessão depois? É isso ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu consultei. Disse que faria um acordo consultando o Plenário. Consultei o Plenário e estou aguardando, inclusive, o posicionamento de V.Exa. para que fique claro que esse é um acordo de Plenário. Não é um acordo meu com o DEM, de forma alguma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Não, porque, por exemplo, o nobre Deputado, meu amigo Claudio Cajado, disse o seguinte: que pediria que todos fossem céleres para fazer a reunião rapidamente. Desculpe-me, mas não posso aceitar isso, porque é de minha índole. Eu quero discutir, repito. E é evidente que não estou com nenhum ânimo obstrucionista, porque teria outros procedimentos: ler a ata, discutir e pedir verificar, tudo mais e tal. Eu estou discutindo conteúdo, mas pretendo discutir tudo. Eu não tenho nenhum compromisso de fazer rapidamente os encaminhamentos aqui.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Da minha parte, Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, eu propus à Mesa um acordo. Se V.Exa. quiser consultar o Plenário tem ampla liberdade. Propus à Mesa, porque o partido está em processo de obstrução. Se por acaso vencida essa proposta de acordo pelo Plenário de não aceitação, iremos proceder, aí, sim, a todos os procedimentos obstrutivos que a Casa e o Regimento permitem e poderá prejudicar já o primeiro requerimento. Não desejamos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Se há, qual seria o motivo? Lógico que acordo não há necessidade, mas não vamos debater as motivações que levam o Democratas a fazer essa obstrução.



O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Já foi dito. A questão do pré-sal. Nós temos...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Não é isso. Eu tenho opinião a dar sobre isso, mas não é o debate. Eu quero dizer o seguinte: se dentro do acordo de 4 requerimentos está colocada a necessidade de nós não nos inscrevermos e não debatermos o assunto. Isso não?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, não. Claro que não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Então, está bom. O acordo é apenas de votar 4. Se eventualmente o Democratas entender naquele momento ele pede verificação. Se tiver *quorum*, tem, se não tiver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas como não queremos pedir verificação, votando 4 V.Exa. não poderá, se for proposto por algum Deputado, querer votar o quinto ou fechar a pauta. Aí não concordamos. Então, queremos o compromisso da Mesa nesse sentido: que só será procedida a votação e discussão de 4 itens da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, se houvesse consenso, não teríamos nem de discutir mais o requerimento. O acordo estaria sendo executado. Em não havendo, basta que 1 Deputado, como foi o caso do Deputado Arnaldo Jardim, não concorde, e somos obrigados regimentalmente a seguir a pauta, até o terceiro ou quarto requerimento. Aí o Deputado Claudio Cajado pede verificação. Se tivermos número suficiente vamos continuar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Aí eu inverteria. Já pediria verificação logo no primeiro, porque o processo é de obstrução. Entendeu Deputado Simão? Eu estou propondo aqui...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Como se vai selecionar os 3?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Seria seguindo a pauta. A não ser que alguém peça inversão de pauta e parta para o quarto.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quando chegar ao quarto, V.Exa. pede verificação.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Mas é muito simples, Sr. Presidente. Vamos seguindo...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu estou propondo um acordo justamente para não ocorrer isso. Deputado, a orientação do partido é que obstruamos todas as Comissões. Eu estou propondo um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Cajado, eu faço um apelo em nome de todos que...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Se o Plenário não concorda, nem a Mesa, vou ter que proceder — depende de acordo — à obstrução.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Eu faço um acordo contra a obstrução. Vamos votando e quando chegar no quarto, Deputado Cajado, fica simples, pede verificação. Se não houver *quorum*, vamos embora.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, eu estou propondo um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu faço esse apelo a V.Exa. Já que não houve consenso do Plenário da Comissão, que peça verificação no quinto item.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, o acordo é justamente para nós termos um procedimento. Se o acordo não está sendo aceito, fico a cavaleiro de poder pedir a verificação no momento que achar oportuno e o farei já no primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Perfeito.

Então, vamos abrir o processo de votação.

Peço ao Deputado Arnaldo Jardim que coloque qual a alteração sugerida ao Relator. Peço ao Relator que concorde para que iniciemos a votação com as alterações.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Uma síntese muito rápida, Sr. Presidente. É o Requerimento nº 53 que estamos votando, de iniciativa do Deputado Cleber Verde, em que no item 1 pede informações sobre a CDE, que é exatamente a Conta de Desenvolvimento Energético. Originalmente, ele solicita informações sobre recursos dessas contas repassadas à CEMAR — Companhia Energética do Maranhão. Estamos propondo que isso seja ampliado e que seja o conjunto de



repasses feitos pela CDE num período que ele não especifica. Ele pede só para detalhar a arrecadação anual. Eu sugeriria que pedíssemos pelos últimos 10 anos os recursos repassados da CDE à sua destinação global.

No segundo item do requerimento do nobre Deputado Cleber Verde, ele solicita que a ANEEL envie um estudo matemático comparativo da eficiência econômica de cursos operacionais e de manutenção das empresas de distribuição. Estamos propondo também que seja ao conjunto das empresas de distribuição, Sr. Presidente.

Essas são as alterações feitas com a anuência do Relator, pelo que pude ver do pronunciamento do Deputado Alexandre Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu recebi agora na Mesa, e gostaria de informar a todos os presentes, um pedido de adiamento. A pedido do autor, Deputado Cleber Verde, que se retire de pauta o item 53 para o adiamento por 5 sessões.

Vamos acatar o pedido de S.Exa., adiando por 4 sessões a votação e vamos passar ao item 2, da pauta.

Item 2 - Requerimento nº 55, de 2009, do Sr. Alexandre Santos, que “requer informações do Operador Nacional do Sistema — OMS”.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, nós recebemos da Secretaria da Comissão um conjunto de requerimentos...

(intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Eu aguardo, com muito prazer, o Deputado Maurício. Pois não.

Sr. Presidente, só porque é importante para orientação dos trabalhos. Nós recebemos um conjunto de requerimentos. Está aqui o 53 e está aqui o item 54, que é um requerimento de iniciativa do nobre Deputado Ciro Nogueira. Ele foi distribuído como um item de pauta. No resumo da pauta, nós saltamos aqui do 53 para o 55. Eu queria saber a razão, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - É porque aqui se separou pedidos de informação e pedidos de convocação. Por isso está separado dessa forma. Mas se V.Exa. desejar, vamos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Não. Está bem. Isso vai ser visto mais adiante nesta convocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Hoje. É só porque foi separado informação de convocação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Nenhum problema, Sr. Presidente. Agradeço-lhe o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator para discutir o Requerimento nº 55.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro da linha de pedirmos esclarecimentos, para termos um melhor entendimento, solicitei à ELETROBRÁS a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis, a CCC, que é um dos pesadelos hoje do setor elétrico, informações para que possamos ter uma noção exata, de qual o custo, o que isso pesa na receita das contas de energia. Solicitei também informações sobre Reserva Global de Reversão de janeiro de 2000 até julho de 2009; também a Conta de Desenvolvimento Energético — CDE. Solicitei também as multas aplicadas pela ANEEL, também informações, para que possamos ter aqui uma noção de como anda esse setor; ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica — PROINFA, um demonstrativo financeiro mensal detalhado e completo do PROINFA, compreendendo o período da sua arrecadação até julho de 2009, contendo a indicação da destinação e dos beneficiários dos valores arrecadados.

Tudo isso, Sr. Presidente, dentro daquela linha, para que possamos ter números exatos do que estamos falando hoje.

Mas dentro da posição do Deputado Arnaldo Jardim, S.Exa. faz uma ponderação de que isso deveria ser de responsabilidade da ANEEL. Então, se eu puder fazer aqui, eu já solicito à ELETROBRÁS — Centrais Elétricas Brasileiras e também à ANEEL, às duas em conjunto, as mesmas informações, para que não fuja nem desvie nenhuma informação. Solicitamos às duas, para que a responsabilidade



de quem quer que seja venha aqui e não tenhamos dúvidas de que seremos atendidos. Acho que esse é o maior desejo de todos os Deputados desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero parabenizar o Deputado Alexandre Santos. Acho extremamente substantivo, bem formulado esse requerimento. E esse requerimento, quando busca exatamente dissecar a questão dos encargos setoriais, caminha no rumo que eu acho que é um dos mais promissores dos debates e das conclusões que possamos obter desta Comissão. Efetivamente, a conta CCC, que relembro, mais uma vez, vai ser votada a sua prorrogação na semana que vem, em plenário. Tenho certeza de que independentemente do debate que lá vá se ter, que os membros desta Comissão deverão votar unanimemente contra a Medida Provisória 466 — é o que espero —, porque ela prorroga um encargo que tem realmente sido muito penoso aos consumidores brasileiros. Depois, a questão da RGR, assim como da aludida CDE e do PROINFA. Especificamente, quando formos debater o PROINFA, eu sou, nesse caso, um defensor do PROINFA, porque considero que em determinados instantes, a custos que se justificam, se podem ser encargos fixados no tempo e com uma destinação muito amarrada para que ele possa, efetivamente, criar fontes alternativas de energia que, *grosso modo*, vão, depois, permitir uma ampliação da oferta e um barateamento de custo.

Eu fico um pouco temeroso, porque, pelo volume de informações que já solicitamos, eu continuo a ter aquela imagem do nosso Relator mergulhado em uma sala, em um cantinho da sala, com pilhas e pilhas de papéis. Alguns mais modernizados dirão que isso tudo pode estar em um *pen drive* que o nosso Relator vai carregar na cintura. Mas faço essa imagem figurada para dizer do volume — o que me faz, Sr. Relator, mais uma vez, neste momento em que o cumprimento e já declaro meu voto a favor, faço isso até como um encaminhamento a favor —, da necessidade de nós termos foco diante do volume de informações que teremos, para que, efetivamente, possamos produzir resultado.

Mas encaminho favoravelmente, Sr. Presidente, a esse requerimento, que é o grande requerimento ao lado de outro requerimento, que é o que discute todo o



processo de revisão e reajuste tarifário. Acho que isso seria o que realmente permite a nossa Comissão avançar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu quero informar que já estamos em processo de votação e eu não posso deferir esse pedido de adiamento de votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Líder Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, V.Exa. não colocou em votação. V.Exa. está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Já está em encaminhamento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Em processo de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - De encaminhamento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa. ainda não colocou para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Já. O encaminhamento já é início de votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, V.Exa. não está encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - De forma alguma. Já está encaminhado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa. não está...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Requerimento não tem discussão. É encaminhamento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu já pedi, inclusive, ao Relator, Claudio Cajado, como encaminha o Relator.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não houve encerramento de discussão.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, requerimento não tem discussão. É encaminhamento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - V.Exa. deveria ter apresentado no início. No próximo V.Exa. apresenta no momento adequado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não houve encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não houve. É para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não há discussão, Deputado Claudio Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator para encaminhar. Não é discussão.

Mais alguém gostaria de encaminhar contra? (Pausa.)

A favor já foi encaminhado pelo Deputado Arnaldo Jardim.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não pode encaminhar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - A votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Já se iniciou a votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para encaminhar a votação, orientar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3. Requerimento nº 56, do Sr. Alexandre Santos, que “requer informações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE”.

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno, requeiro a V.Exa. a retirada de pauta da Ordem do Dia da seguinte proposição: Requerimento nº 56, de 2009, do Sr. Alexandre Santos, item 3 da pauta. Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, entrei com requerimento no intuito de nós podermos adiar, por 4 sessões, o requerimento objeto agora dessa nova votação.



Na verdade, Sr. Presidente, eu tenho que expor que a nossa intenção não é atrapalhar o trabalho da CPI, porém, efetivamente, esta é uma Casa de acordos procedimentais, e o que foi proposto por este Parlamentar foi justamente que pudéssemos entrar em um procedimento de acordo, votarmos 4 dos 7 itens, e não teríamos esse tipo de postura que eu acho que muitos colegas podem não compreender. Porém, nós estamos aqui em uma missão partidária — deixo claro —, e há um procedimento a ser adotado pelos Vice-Líderes e pelo Líder do partido nas Comissões, demonstrando a sua insatisfação, a nossa insatisfação em relação à forma como o Governo Federal está encaminhando a questão do marco regulatório do pré-sal.

Obviamente nós sabemos que esse é um conceito que diz respeito à Nação e não tão somente a 3 Estados da Federação, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Portanto, nós não concordamos com esse tipo de postura, não concordamos, no reverso da moeda, com a posição de a Câmara e o Senado terem que deliberar no prazo constitucional da urgência de 90 dias, em um processo que, nós achamos, deve ter debates públicos, oitiva de diversos técnicos, especialistas na questão não apenas na exploração de petróleo e gás, mas também na abrangência dessas riquezas para o conjunto dos Estados Federados e não somente para 3 Estados da Federação. Até porque nós devemos dizer que a área onde foi descoberto o pré-sal não diz respeito à área limítrofe, está além das 200 milhas. Significa dizer que a Nação como um todo tem direito a essas riquezas.

Nesse caso específico do requerimento em relação ao pedido de adiamento, é no intuito de nós podermos também estabelecer uma forma de ter tempo para discutir não apenas os procedimentos a serem adotados na CPI como pedido de informação, mas, de igual forma, nas convocações.

Nós achamos, Sr. Presidente, que o nobre Relator, Deputado Alexandre Santos já está iniciando o domínio do assunto, sabemos que S.Exa. é experiente Parlamentar, dos mais antigos desta Casa, e tem amplas condições de poder efetivamente solicitar as informações. Da nossa parte, nós concordamos com o requerimento, mas gostaríamos que os colegas pudessem votar no intuito de darmos sequência ao procedimento que deveria ser adotado e que não foi.

Nesse caso, peço a V.Exa. que possa colocar em votação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para encaminhar, o Relator, Deputado Alexandre Santos, sobre o pedido de retirada de pauta do Deputado Claudio Cajado, do item 56 da pauta.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro até mesmo da premissa do Deputado Claudio Cajado, eu queria dizer que S.Exa. mesmo expôs a necessidade das informações, o tempo exíguo desta Comissão, o momento que nós temos de dar uma resposta por que foi criada esta CPI. Portanto, eu pediria até a S.Exa. que faça uma reflexão, já que citou 4 itens, e nós já retiramos, Deputado Cajado, 2 itens sem votar. Nós só teremos 5 itens, com o já aprovado. Nossa discussão aqui está até aumentando em tempo, o que talvez V.Exa. quisesse, que seria encurtar o tempo da Comissão. Eu pediria a V.Exa. que voltasse a fazer uma reflexão em face do seu comprometimento com o País, que está muito acima, às vezes, de pequenas demandas partidárias, com seu eleitorado, que necessita de uma explicação para as tarifas energéticas, que não conseguem mais pagar as contas. Então, nós já estamos quase atendendo, por uma premissa, 2 Deputados de fazerem a retirada de seus pleitos. Tanto é inócuo e não corresponde a uma necessidade esse requerimento que está aqui, como eu tenho certeza de que V.Exa. também é daqueles Deputados que querem se aprofundar nas investigações da CPI, nos esclarecimentos.

Portanto, eu acho que nós poderemos rejeitar esse requerimento ou S.Exa. retirar de pauta, porque nós já estamos fazendo um atendimento a V.Exa. já que retiramos 2 requerimentos e só temos 5 itens na pauta. Um já está cumprido; só faltam 4.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, se pudermos retirar mais 1, ficaria a obstrução pelo inverso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto o Relator...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E eu não ficaria aqui nesse desgaste com a Mesa, nem com o Parlamento, nem com os colegas, nem com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Nem com o Plenário.

Em votação o requerimento do Deputado Claudio Cajado.



Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram e os que o rejeitam se manifestem. (Pausa.)

Rejeitado.

Passamos ao processo de votação do item 3.

Requerimento nº 56, do Deputado Alexandre Santos, que “requer informações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE”.

Com a palavra o Relator para encaminhar a votação.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro da mesma linha de buscar informações, buscar dados que nos permitam ter uma visão mais ampliada do que nós temos que nos debruçar, e aqui buscarmos caminhos, eu solicito a aprovação aos novos pares do Requerimento nº 56 feito à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE, em face de que os dados são relevantes e de suma importância para esta Comissão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para discutir, Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para encaminhar, Deputado Arnaldo Jardim. Por favor, para encaminhar a votação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Para encaminhar. Eu vou encaminhar favoravelmente, Sr. Presidente.

Vou encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Alexandre Santos, que solicita, e de uma forma adequada, que a destinatária é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Nesse âmbito da Câmara de Comercialização, nós podemos ter informações exatamente sobre o encargo de serviços do sistema. Essa discussão que teve agora me permitiu ler — e eu deveria ter feito a lição de casa anteriormente e lido todos os requerimentos —, e eu vi que os requerimentos em conjunto apresentados pelo Deputado Alexandre Santos guardam essa coerência.

Inclusive aquilo que pleiteei, Sr. Presidente, que o conjunto daquelas informações fosse solicitado à ANEEL, nós vamos encontrar, mais adiante, em um outro requerimento, em que, de uma forma abrangente, se faz isso de diferentes...



Aí é o conjunto de encargos setoriais. Neste caso é à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, encargo de serviço do sistema.

Então, eu sou a favor. Acho que, na mesma linha, nos auxiliará a ter clareza sobre os encargos e como eles são um dos — talvez o mais importante — vilões da questão do custo de energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para encaminhar contrariamente, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu insisto em ver o requerimento de adiamento em votação e peço aos colegas que compreendam a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Questão de ordem do Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O art. 50 do Regimento Interno, no seu item III, letra "b", deixa claramente a possibilidade de nós podermos rediscutir e encaminhar qualquer requerimento. Diz o art. 50:

"Art. 50. Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença de, pelo menos, metade de seus membros, ou com qualquer número, se não houver matéria sujeita a deliberação ou se a reunião se destinar a atividades referidas no inciso III, alínea a, deste artigo, e obedecerão à seguinte ordem:

I -

II -

III - Ordem do Dia:

a) conhecimento, exame (...);

b) discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral; (...)."

Portanto, este Parlamentar aqui entende que tem direito de discutir e encaminhar o requerimento de qualquer...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Claudio Cajado, isso é matéria vencida, e o processo de votação já estava aberto. E é matéria vencida na Câmara.

Passamos à votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas, Sr. Presidente... Não quero dialogar com a Mesa, mas V.Exa. não encerrou a discussão do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não há discussão. Há encaminhamento de votação. O art. 192, § 1º, rege a votação de requerimento. V.Exa. pode consultar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E o art. 50, item III, letra "b"?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Isso já é matéria vencida na Câmara dos Deputados. Nas Comissões não há discussão de requerimento. Há encaminhamento. Mas V.Exa. pode recorrer ao Plenário da Câmara.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o Requerimento 56/09.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Verificação... (Pausa.)

Verificação concedia ao Deputado Claudio Cajado.

Gostaria de chamar o Deputado Ciro Nogueira para que possa nos auxiliar aqui na votação. (Pausa.)

Por sugestão do Deputado Ciro Nogueira, peço que o Deputado Léo Alcântara nos auxilie aqui no processo de votação, já que ele tem um profundo conhecimento do Regimento da Casa e dos processos de votação desta Comissão.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Alexandre Santos.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Como vota o Deputado Alexandre Santos?



O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Como vota o Deputado Alexandre Santos?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, a votação é do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Está em votação o Requerimento nº 56/2009, de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pelo processo nominal, o voto "sim" aprova o requerimento de V.Exa., e o voto "não" o rejeita.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Obrigado. "Sim".

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Alexandre Santos, "sim".

André Vargas. (*Pausa.*)

Arlindo Chinaglia. (*Pausa.*)

Augusto Farias. (*Pausa.*)

Carlos Zarattini. (*Pausa.*)

Ciro Nogueira.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - "Sim".

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - "Sim".

Eduardo da Fonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - "Sim".

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Eduardo da Fonte, "sim".

Fernando Marroni. (*Pausa.*)

Leonardo Quintão. (*Pausa.*)

Marcelo Guimarães Filho. (*Pausa.*)

Maurício Quintella Lessa. (*Pausa.*)

Wladimir Costa. (*Pausa.*)

Pelo Bloco PSDB/DEM/PPS:

Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - "Sim."

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Arnaldo Jardim, "sim".

Carlos Melles. (*Pausa.*)

Claudio Cajado. (*Pausa.*)



O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Claudio Cajado, “sim”.

Marcio Junqueira. (Pausa.)

Narcio Rodrigues. (Pausa.)

Rômulo Gouveia. (Pausa.)

Urzeni Rocha. (Pausa.)

Pelo Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN:

Chico Lopes. (Pausa.)

Júlio Delgado. (Pausa.)

Sergio Petecão. (Pausa.)

Pelo PV:

Ciro Pedrosa. (Pausa.)

Pelo PRB:

Cleber Verde. (Pausa.)

Suplentes do Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB:

Antônio Andrade. (Pausa.)

Antônio Carlos Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Antônio Carlos Chamariz, “sim”.

Carlos Santana. (Pausa.)

Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Elismar Prado. (Pausa.)

Gladson Cameli.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Gladson Cameli, “sim”.

Jorge Boeira. (Pausa.)

Léo Alcântara. “Sim”.

Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - “Sim.”

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Nelson Bornier, “sim”.

Paulo Maluf. (Pausa.)

Raul Henry. (Pausa.)



Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - "Sim".

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Simão Sessim, "sim".

Alfredo Kaefer. (Pausa.)

Pelo Bloco PSDB/DEM/PPS:

Arolde de Oliveira. (Pausa.)

Betinho Rosado. (Pausa.)

Bispo Gê Tenuta. (Pausa.)

Bruno Rodrigues. (Pausa.)

Ildelei Cordeiro. (Pausa.)

Pinto Itamaraty. (Pausa.)

Pelo Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN:

Francisco Tenório. (Pausa.)

Manato. (Pausa.)

Mário Heringer. (Pausa.)

Pelo PV:

Fábio Ramalho. (Pausa.)

Pelo PRB:

Léo Vivas. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Solicito que V.Exa. chame mais uma vez, Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, já se encerrou o processo de chamamento.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não encerrou. Cabe à...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, em nenhum momento o livro de presença deixou de assinalar a maioria. Então, nós temos tempo. Nós temos tempo suficiente. A Ordem do Dia no plenário não começou ainda. Podemos fazer essa... repetir quantas vezes quisermos e até aguardar os Deputados chegarem.



Estão na Casa. Um está na Comissão, na outra CPI, outro está... Estão na Casa. Estão aqui no anexo. Então, não tem tempo para encerrar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos acatar a sugestão de V.Exa., Deputado Simão Sessim, e passar a palavra ao Deputado Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Há um Deputado falando pela ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - V.Exa. aguarde, por favor.

Deputado Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Eu queria parabenizar esta Comissão e, inclusive, quero trazer um testemunho do quanto esta Comissão está realmente incomodando. Eu a parabenizo porque, no meu Estado, Alagoas, eles já falam em baixar a tarifa em 20%. Então, eu quero manifestar minha gratidão, porque já estou vendo que o nosso Estado já está sendo contemplado e abençoado por esta Comissão.

Eu queria manifestar essa...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - V.Exa. não está insinuando que nós estamos incomodando o DEM não, não é?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu acho que V.Exa...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ...V.Exa. tem sobre si uma profunda responsabilidade: a de conduzir os trabalhos de forma imparcial. O Regimento é claro. Pedida a verificação, V.Exa. tem que declarar o escrutínio. V.Exa. não procedeu ainda à declaração se há ou não *quorum*, e já foi concluída.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Claudio Cajado, estamos fazendo de tudo...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O art. 185, § 2º, do Regimento é claro:

“Art. 185.....

§ 2º Nenhuma questão de ordem, reclamação ou qualquer outra intervenção será aceita pela Mesa antes de ouvido o plenário sobre eventual pedido de verificação.”

Então, eu pedi a verificação, V.Exa. verificou. V.Exa. tem que declarar se há ou não *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O processo de votação ainda está em curso, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas já foram chamados todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, mas eu posso pedir que sejam chamados mais uma vez. Dou oportunidade...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu vou lembrar a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Como o Deputado Simão Sessim levantou, há Deputados que marcaram presença, se encontram na Casa e estão a caminho. Então, nós temos que dar oportunidade a esses Deputados para que venham, já que eles registraram presença e se encontram na Casa.

Veja: acaba de chegar mais um Deputado.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Wladimir Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Wladimir Costa.

Como vota, Deputado Wladimir Costa?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu retiro a verificação.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Wladimir Costa, “sim.”

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu retiro a verificação.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ele retirou, Sr. Presidente. Declare já aprovado e vamos para outro. Falta um, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Não, ele retirou a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Aprovado o Requerimento nº 56/09, do Sr. Alexandre Santos.

Item nº 4. Requerimento nº 57/09, do Sr. Alexandre Santos, que requer...

Aprovado o Requerimento nº 56/09, passamos agora ao Requerimento nº 57/09, do Sr. Alexandre Santos, que requer informação da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL.

Encontra-se sobre a mesa pedido de retirada de pauta do Democratas, do Deputado Claudio Cajado.

Consulto o Deputado Claudio Cajado sobre se mantém o pedido de retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mantenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mantém?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E, se V.Exa. me permite, quero discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Primeiro, o Deputado Alexandre Santos, para encaminhar a retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, como já anteriormente falei, o Deputado Claudio Cajado neste momento faz uma obstrução, em nome do partido, mas, pessoalmente, ele tem contribuído muito com esta Comissão. E tenho certeza de que ele dará mais uma demonstração aos seus eleitores, ao povo brasileiro e a esta Casa, retirando esse requerimento, fazendo com que esta Comissão possa, no mais curto espaço de tempo possível, ter o esclarecimento necessário, Sr. Presidente.

Sou, portanto, contra o requerimento do nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O autor, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, o objeto deste procedimento de tirar de pauta, apesar de o



requerimento ter um mérito, V.Exa. sabe disso... Como já disse anteriormente, V.Exa. começa a estudar a matéria, está se inteirando da complexidade desses fatos graves. Não é por outro motivo que nós estamos investigando toda essa emblemática situação que envolve a questão da energia elétrica em nosso País, desde o aspecto da produção, passando pela transmissão, até sua distribuição. É complicadíssimo. Tanto que entrei com um requerimento indicando a instalação de 3 Subcomissões para poder auxiliar V.Exa., nobre Relator, nessa hercúlea tarefa de proceder à instrumentalização do processo investigativo que a CPI tem por função.

Na verdade, eu apenas acho que todos nós temos o direito e o dever de fazer o melhor dentro da Comissão. E nós vamos votar favoravelmente. No momento oportuno de encaminhar e orientar eu vou usar da palavra nesse sentido, porque acho que a informação, o pedido de V.Exa., o requerimento, é meritório. Contudo, acho que nós temos que estabelecer aqui um procedimento de correlação de forças dentro da Casa, dentro das Comissões, e respeitar todos os partidos que têm posições políticas a serem adotadas.

O Democratas, eu volto a insistir, não concorda com a forma de tratar o Parlamento por parte do Governo Federal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para concluir, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Cinco minutos, Sr. Presidente. V.Exa. não me deu ainda 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - V.Exa. já está quase ultrapassando o tempo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Peço a V.Exa. que tenha paciência.

Temos a convicção de que, pautado esse posicionamento político, o Governo vai recuar; recuar pelo bem do País, recuar pelo bem da Nação, recuar pelo bem dos Estados Federados, que têm por direito também usufruir da riqueza que o solo brasileiro, estendido nos limites do mar... Esse é um direito do conjunto da Nação, não apenas de alguns Estados privilegiados pela sorte, pelo destino. E não é o caso do pré-sal, porque está além da área considerada de abrangência como forma de compensação pelos danos causados ao meio ambiente a esses Estados. Não é o caso. O pré-sal está além dos limites das 200 milhas.



Portanto, eu queria aqui, defendendo o requerimento, pedir que V.Exa. possa acatar a sugestão de retirar esse item da pauta, para podermos, assim, conduzir o restante dos itens de forma menos desgastante para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação o requerimento de retirada de pauta.

Aqueles que o aprovam...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, já encaminhou.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, eu orientei. Era para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Aqueles que o rejeitam se manifestem. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Em votação o Requerimento nº 57/09, do Sr. Alexandre Santos, que requer informação da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Para encaminhar, o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, o Requerimento nº 57/09 requer informações do Operador Nacional de Sistema — ONS, dentro da linha de nós buscarmos maiores informações sobre os encargos e serviços do sistema na taxa do Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Portanto, contemplando o pedido dos Deputados, sou pela aprovação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Arnaldo Jardim, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, aqui nós estamos destinando uma solicitação de informações exatamente ao Operador Nacional do Sistema, ou ONS, como nós o chamamos. E uma das coisas que mais fazem com que seja acionado o chamado encargo de serviço do sistema é o chamado sistema de despacho.



O que faz o Operador Nacional do Sistema? Ele determina que usinas e com que características são acionadas para suprir todo o sistema interligado e alimentar exatamente as distribuidoras.

Nós tivemos uma alteração muito importante no critério de despacho do ONS. Num determinado instante — isso aconteceu no final de 2007 —, nós tivemos uma alteração, o que fez com que, durante o ano de 2008, nós tivéssemos um extraordinário impacto, quando se determinou o despacho das chamadas térmicas. Amanhã será objeto, inclusive, de uma discussão nossa, exatamente a presença das térmicas, a sua previsão.

As térmicas são poluentes, são caras e geram um impacto muito grande de encarecimento das tarifas. Boa parte dos custos adicionais que nós tivemos — e repercutiu na tarifa — foi pelo fato de ter sido alterado a ordem de despacho do ONS.

Por isso eu queria fazer uma solicitação ao nobre Relator, Deputado Alexandre Santos. Eu estou encaminhando a favor, mas complementaria muito... Queria pedir que V.Exa. fosse autor desta proposta, deste requerimento. Eu posso fazê-lo, mas ficaria melhor se feito por V.Exa. Que nós requisitássemos também informações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico e do ONS sobre que critérios ordenaram essa alteração da ordem de despacho. Porque o despacho deixou de ser de mérito, como se chamava, que era basicamente o despacho por conta de custos, e passou a ser um critério de despacho por oportunidade. Então, para recompor aquilo que eram as reservas, se despacharam as térmicas.

O custo disso, Sr. Presidente, não é uma coisa pequena. Nós estamos falando de um impacto que deve ter gerado... As estimativas variam, mas nenhuma diz que custou menos que 1 bilhão e 200, e outros chegam a dizer que isso custou 1 bilhão e 600 milhões; esse despacho adicional de térmicas.

Então, eu concordo. Encaminho a favor e peço que o Relator assuma essa responsabilidade de nos trazer na próxima reunião um requerimento que exatamente indague ao ONS e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico exatamente o que alterou, de que forma, qual é a especificidade que se fixou nessa nova ordem de despacho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.



O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para orientar contrariamente, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Contrariamente, não, Sr. Presidente, a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Já tem um a favor. Só pode ser contra, agora.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós achamos que esse procedimento não vem ao encontro do que nós desejamos aqui, que é proceder ao processo de transparência de todos esses fatos que estão aqui como objeto desta investigação.

Na verdade, o requerimento é meritório, nós sabemos que é importante que nós possamos ter todo o tipo de informação necessária, no intuito de podermos aprofundar o nosso processo investigativo. Contudo, nós estamos aqui — o partido — num processo claramente de obstrução. Não concordamos com a forma que o Governo adotou de, em 90 dias, discutir a questão do marco regulatório do pré-sal. Isso é um absurdo. Esta Casa não pode aceitar um procedimento como este, não pode concordar que tenhamos do lado do Executivo quase 2 anos de discussões técnicas, e o Parlamento, a quem cabe dar a palavra final, tenha apenas 90 dias para se posicionar e construir um arcabouço de regras jurídicas que nortearão toda a questão da produção, da distribuição de *royalties*, da incidência dessa riqueza para Estados, como o que estamos a ver, cedido, inclusive, pelo Governo Federal, numa forma não republicana de atuação.

Portanto, o nosso partido entende que esse é um procedimento de lesapátria, e nós não podemos concordar com que posturas e posições como essas possam continuar. Daí por que o partido entra num processo de obstrução nas Comissões e faz com que tenhamos pelo menos o alerta dos Democratas sendo dado para esta questão grave.

Quanto ao requerimento, achamos que assiste ao Relator todo o direito de poder obter o maior número de informações possíveis, até para poder, na construção do seu relatório, ter as informações necessárias para não proceder a



nenhum tipo de injustiça, ou surgirem questões que venham a prejudicar quem quer que seja.

Portanto, achamos que o adiamento da votação é um procedimento adequado, no intuito de fazermos valer a posição dos Democratas nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5. Requerimento nº 58/09, do Sr. Alexandre Santos, que requer informações das Centrais Elétricas Brasileiras — ELETROBRÁS.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, da mesma forma, informações à Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, e aí, sim, é que nós nos aprofundamos mais, buscamos mais informações sobre a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis — CCC; sobre a Reserva Global de Reversão; sobre a Conta de Desenvolvimento Energético; sobre a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica; e também informações sobre pesquisa e desenvolvimento, como encargos e serviços de sistema, e também a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Alexandre Santos, temos aqui sobre a mesa um requerimento de adiamento de votação deste item, de retirada de pauta, do Deputado Claudio Cajado, do Democratas.

Vamos abrir o processo de votação do requerimento de retirada de pauta.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que pedisse à assessoria da Mesa que lesse o art. 192, §§ 1º e 2º, no sentido de verificar que a orientação é uma coisa e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Isso é matéria vencida, Deputado Claudio Cajado.

Passe, por favor, para o encaminhamento do requerimento.



O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, V.Exa. me permita recorrer da decisão de V.Exa., para que nós possamos estabelecer pelo menos o contraditório.

O processo de encaminhamento é um, e o de orientação de votação é outro, tanto em projetos quanto em qualquer matéria a ser deliberada. Portanto, V.Exa. está me permitindo apenas encaminhar, e não orientar a bancada como deva votar. É um procedimento que não está de acordo com as regras do Regimento Interno. Portanto, eu quero aqui, com aval de V.Exa., recorrer, para que fique claro que nós temos, os Parlamentares, o direito a discutir e encaminhar e, na votação, orientar a bancada a como proceder. Isso está bem claro aqui no *caput* do art. 192 e seus §§ 1º e 2º.

Portanto, peço a V.Exa. que atenda a essa questão de ordem do Deputado.

De igual forma, em relação a poder falar sobre o requerimento de retirada de pauta, é no intuito de manter o processo obstrutivo que os Democratas iniciaram nesta tarde em todas as Comissões Permanentes, investigativas e Especiais, para chamar a atenção para a questão do pré-sal. O partido de posicionou de forma muito clara, no sentido de que não é possível, em hipótese alguma, o Parlamento dispor de apenas 90 dias para poder discutir e decidir sobre essa questão. É uma questão muito grave, e nós não temos como adotar o consenso que a Casa exige, o consenso que a Nação passa a perceber, sem um processo amplo de discussão.

Portanto, eu peço a V.Exa. que aceite essa nossa proposta, desde o início realizada, de fazermos dos 7, apenas a votação de 5 itens, retirando mais 1, para que nós possamos concluir este trabalho nesta Comissão, fazendo com que o Democratas possa ter a sua posição respeitada de obstruir as Comissões, em função da não concordância com o projeto enviado a esta Casa sobre o marco regulatório do pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação o pedido de retirada de pauta do Deputado Claudio Cajado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. Aqueles que o rejeitam se manifestem. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Em votação o Requerimento nº 58/09....



“Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 193 (...). Deputado Claudio Cajado.” Esse requerimento de adiamento da votação por 5 sessões fica prejudicado, porque o requerimento é de rito sumário. O outro foi rejeitado e tinha o mesmo teor. Então, automaticamente, prejudica o requerimento posterior.

Passamos agora à votação do Requerimento nº 58/09...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Estou em processo de votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Questão de ordem tem precedência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Questão de ordem concedida.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Art. 193. Eu vou ler para V.Exa.:

“Art. 193. O adiamento da votação de qualquer proposição só pode ser solicitado antes de seu início” — e o foi —, “mediante requerimento assinado por Líder, pelo Autor ou Relator da matéria.”

Portanto, nós pedimos o adiamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Foi rejeitado o pedido anterior de V.Exa., o que prejudica requerimento para o mesmo objetivo. Então ficou prejudicado, Deputado Claudio Cajado, porque se trata do mesmo item da pauta. Já foi submetido ao Plenário, e o Plenário rejeitou. Está prejudicado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Vou trazer a V.Exa. o precedente que existe, definido pela Mesa desta Câmara, para que V.Exa. adote como uma posição futura da Mesa. Faço questão de, na próxima sessão, trazer para V.Exa. o procedimento jurisdicional da Mesa da Câmara dos Deputados, adotando como procedimento ser votado cada item que tiver proposto adiamento, porque senão, no plenário, nós teríamos feito diferente. No plenário, quando nós requeremos adiamento por 3 ou 2 sessões e é vencido, permanece remanescente um pedido subsequente. O objeto é o mesmo, mas muda o prazo, a temporaneidade do adiamento. Portanto, nós não concordamos com a posição que a consultoria da Mesa está dando a V.Exa.



O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Vamos à votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação o Requerimento nº 58/09, do Deputado Alexandre Santos, que requer informações das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS.

Com a palavra o Relator para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, como já anteriormente havia afirmado, são informações que vão servir de norteamento para todos os Deputados e para esta Comissão.

Portanto, sou pela sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para orientar, por 1 minuto, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu sei que é 1 minuto. V.Exa. tem razão. Neste caso, V.Exa. atuou em respeito ao Regimento, concedendo 1 minuto. Peço que V.Exa. tenha um pouco de tolerância, como está tendo com os companheiros aqui.

Sr. Presidente, nós achamos que o requerimento é meritório. Não temos condições de orientar a bancada a votar contra, até porque o pedido de informações vem a clarear a inteligência do Relator, na busca da verdade. E é isso que esta Comissão pretende encaminhar.

Porém, nós estamos num processo, não de dificultar o andamento da Comissão, mas de pautar uma postura política clara com o que, infelizmente, os membros da Comissão não concordaram, e que V.Exa. poderia ter aceito já desde o primeiro momento, quando foi feito um acordo de procedimento.

Portanto, nós também votaremos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação o Requerimento nº 58/09.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Verificação, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Verificação concedida, em conjunto com o Deputado Chico Lopes. (Pausa.)

Deputado Claudio Cajado, só posso aceitar verificação se houver algum voto contra, e foi unânime. Não houve voto contra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Votei contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com o voto contra do Deputado Claudio Cajado e do Deputado Marcio Junqueira.

Convido o Deputado Ciro Nogueira para que faça o escrutínio da votação.

Deputado Marcio Junqueira, V.Exa. participou do início da votação. É bom que permaneça até o final. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - "Sim".

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - André Vargas. (Pausa.)

Arlindo Chinaglia. (Pausa.)

Augusto Farias. (Pausa.)

Carlos Zarattini. (Pausa.)

Ciro Nogueira. "Sim".

Eduardo da Fonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - "Sim".

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Fernando Marroni. (Pausa.)

Leonardo Quintão. (Pausa.)

Marcelo Guimarães Filho. (Pausa.)

Maurício Quintella Lessa. (Pausa.)

Wladimir Costa. (Pausa.)

Arnaldo Jardim. (Pausa.)

Carlos Melles. (Pausa.)

Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, volto à obstrução.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Marcio Junqueira.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Volto à obstrução.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Narcio Rodrigues. (Pausa.)

Rômulo Gouveia. (Pausa.)



Urzeni Rocha. (Pausa.)

Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - "Sim".

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - "Sim".

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Sergio Petecão. (Pausa.)

Ciro Pedrosa. (Pausa.)

Cleber Verde. (Pausa.)

Vou chamar os suplentes, Sr. Presidente.

Antônio Andrade.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANDRADE - "Sim".

Antônio Carlos Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - "Sim".

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Carlos Santana. (Pausa.)

Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - "Sim".

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Elismar Prado. (Pausa.)

Gladson Cameli.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - "Sim".

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Jorge Boeira. (Pausa.)

Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - "Sim".

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - "Sim".

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Paulo Maluf. (Pausa.)

Raul Henry. (Pausa.)

Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - "Sim".

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Alfredo Kaefer. (Pausa.)

Arolde de Oliveira. (Pausa.)

Betinho Rosado. (Pausa.)

Bispo Gê Tenuta. (Pausa.)



Bruno Rodrigues. (Pausa.)

Ilderlei Cordeiro. (Pausa.)

Pinto Itamaraty. (Pausa.)

Francisco Tenório. (Pausa.)

Manato. (Pausa.)

Mário Heringer. (Pausa.)

Fábio Ramalho. (Pausa.)

Léo Vivas. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou proclamar o resultado da votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, retiro a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não pode mais, porque foi conjunta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mas foi conjunta. Não pode mais retirar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu não ouvi o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não pode mais retirar. Foi conjunta...

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Foi conjunta, Deputado. Eu ouvi também. O senhor tem que estar mais atento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - ...com o Deputado Chico Lopes.

Vou proclamar o resultado da votação. Votaram "sim" 13 Deputados; 2 obstruções.

Aprovado.

A matéria está aprovada.

Passamos ao item... O Item 6 foi retirado.

Passamos agora ao último item da pauta, Requerimento nº 54/09, do Sr. Ciro Nogueira, que requer a convocação do Dr. Luiz Antônio Ciarlini. (Pausa.)

Tem um pedido de retirada de pauta do Deputado Claudio Cajado.

Em votação o pedido de retirada de pauta.



Com a palavra...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Retira? Retirado o pedido de retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - A Minoria sabe respeitar a Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Obrigado.

Para encaminhar, o Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, como sempre, na ampliação das explicações para esta Comissão, o Sr. Luiz Antônio Ciarlini é Presidente da Companhia Energética de Pernambuco. Portanto, sou pela sua convocação, pela aprovação do Requerimento nº 54/09, do Deputado Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mais algum Parlamentar?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para encaminhar, Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, vou encaminhar contrariamente a esse requerimento do Deputado Ciro Nogueira.

O Deputado Ciro Nogueira já teve um requerimento aprovado aqui, o 37, de 2009, que exatamente, Sr. Presidente, convocou o Presidente da CELPE para que aqui viesse. Apresenta-se neste instante este requerimento, o de número 54, de 2009, de iniciativa do Deputado Ciro Nogueira, em complementação a esse Requerimento nº 37/09. E olhem o que estamos votando: estamos convocando o Sr. Luiz Antônio Ciarlini, futuro Presidente da CELPE, que deverá assumir, tomar posse, em setembro de 2009, para prestar esclarecimentos, ao lado do atual Presidente, sobre as tarifas da empresa.

Eu, sinceramente, não vejo o menor cabimento nisso. Quando nós convocamos uma empresa, a empresa deve se fazer representar pelo seu comando, o Presidente. É isso que se solicita. Então, já está convocado e virá o Presidente da CELPE, como estão convocados o Dr. Alquéres, Presidente da Light — agora mesmo eu conversava com o Deputado Simão Sessim sobre isso —, como todos os outros Presidentes. Agora vamos convocar o futuro Presidente, que vai assumir em



setembro, para falar sobre as tarifas da empresa? Sinceramente não vejo nexo, com todo o respeito ao nobre Deputado Ciro Nogueira.

Eu queria fazer um apelo ao Deputado no sentido de que retire esse pedido de convocação. Vamos ouvir o atual Presidente. Se ele, na época, não for mais o atual e já vier o atual, que no dia 7 de setembro pode ser esse senhor, nós convocamos o Presidente da CELPE, está certo? Havendo alguma substituição...

É assim que a instituição se relaciona com uma empresa. Não podemos convocar as pessoas individualmente. A empresa faça essa alteração. Mas nós já pedirmos que ao lado do atual Presidente venha o futuro Presidente, eu acho que não há lógica nessa questão, com todo o respeito ao Deputado Ciro Nogueira. Acho que não ajuda os nossos trabalhos aqui. Vamos trazer o Presidente, fulano ou beltrano, na época em que ele possa vir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Fica registrado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Por isso que o meu encaminhamento, Sr. Presidente, é contrário a essa questão. Faço um apelo para que possamos ir nesse bom caminho, acredito eu. Estamos convocando — já foi convocado — o Presidente. Convocar o futuro Presidente para falar sobre a tarifa da empresa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para encaminhar, Deputado Ciro Nogueira.

Fica registrada a opinião de V.Exa., Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Infelizmente, Deputado Arnaldo Jardim, não posso acatar a sugestão de V.Exa., porque, quando o senhor fala setembro, é setembro agora. Já estamos em setembro. O senhor fala como se fosse setembro do próximo ano. Não é. É setembro agora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Não, não. Acredito que quando pudermos ouvi-lo, ele não vai ser mais nem o Presidente, mas vai ter muito a dizer sobre a sua gestão. Então, acredito que é mais do que natural ouvirmos o Presidente que está saindo e o Presidente que está chegando sobre o que se passou na CELPE durante sua gestão e o que o outro Presidente pretende para o futuro, como previsão da sua gestão nos próximos anos, e que iremos analisar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, com voto contra do Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Para solicitar uma verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - V.Exa. tem de ter apoioamento, porque V.Exa. não tem número para pedir a verificação sozinho. Mais 2 apoioamentos, porque o partido de V.Exa... E também não tem... Só um instante. (Pausa.)

Deputado Arnaldo Jardim, não tem o interstício de 1 hora para pedir uma nova verificação, que foi pedida na votação anterior.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, então, vou solicitar a nulidade desta sessão, porque V.Exa. fez verificação sem o interstício de 1 hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, a primeira foi retirada. O Deputado Claudio Cajado retirou...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Não, mas são sempre verificações de votação, quer seja para retirar, quer seja para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Faço um apelo aos Deputados. Todos sabem a posição... Peço que alguém subscreva meu pedido para que eu possa ter essa verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não tem o interstício de 1 hora, então, regimentalmente, não permite.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - É possível, se houver anuênciia do Plenário para que o interstício seja quebrado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou consultar o Regimento para responder a V.Exa. da forma correta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Por favor, Sr. Presidente. (Pausa.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - V.Exa. tem de ter o apoio de mais 2 Deputados. Peço a V.Exa. que...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, sou o 1º Vice-Líder do partido e, nessa condição de Vice-Líder, indago a V.Exa. — confesso o meu desconhecimento —: não posso, na condição de Vice-Líder, solicitar quebra de interstício, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Estamos consultando o Regimento, Deputado Arnaldo Jardim...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - ...para que tomemos um posicionamento correto.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, enquanto V.Exa. consulta o Regimento sobre a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Arnaldo Jardim, eu queria registrar, com muita alegria, a presença neste plenário dos nossos queridos Vereadores do Município de Nilópolis e também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Peço... O Deputado Simão Sessim está fazendo o uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, pedi a V.Exa. para poder fazer uma saudação e, ao mesmo tempo, registrar com alegria, nesta Comissão, nesta CPI, a presença dos nobres Vereadores do Município de Nilópolis, liderados pelo nosso Presidente Adilson Farias, que é o Presidente da Câmara, e também do Presidente da Câmara de Itaguaí, Vereador Vicentinho. Quero dizer que eles estão aqui para uma grande arrancada, visando à votação da PEC que vamos votando a partir de amanhã.

Sr. Presidente, essa era a saudação que queria fazer a todos os presentes.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de saudar todos os Vereadores aqui ressaltados pelo ilustríssimo Deputado Simão Sessim.

Agora, estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sobre a votação, Sr. Presidente. É que para o requerimento do Deputado Arnaldo Jardim, salvo engano, o Regimento



exige que o partido tenha um sexto dos membros da Casa para que possa pedir verificação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pela ordem, Sr. Presidente. Permita-me, Sr. Presidente, para auxiliar a interpretação da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O art. 185...

Deixe-me ler esse artigo para V.Exa. interpretar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Art. 185, § 4º:

“Art. 185

§ 4º Havendo-se procedido a uma verificação de votação, antes do decurso de uma hora da proclamação do resultado, só será permitida nova verificação por deliberação do Plenário, a requerimento de um décimo dos Deputados, ou de Líderes que representem esse número”.

O Deputado Arnaldo Jardim só representa 1 Deputado na Comissão. Então, precisaria do apoio de mais 2 Deputados, o que daria um décimo, ou seja, 2,4 e arredondaríamos para cima, seriam 3 Deputados.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, acredito que pode amparar essa minha disposição o art. 10 do Regimento Interno, inciso III. Quando ele se refere às funções de Líder e Vice-Líder — sou o 1º Vice-Líder da bancada —, diz da prerrogativa de participar, pessoalmente ou através dos Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão, mesmo que não seja membro, aliás, no meu caso, além de Vice-Líder, sou membro, “mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta”.

Sr. Presidente, então, é prerrogativa de Vice-Líder.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Além disso, Sr. Presidente, meu requerimento, por esse caminho, como Vice-Líder, no meu entender, seria



suficiente. Mas, mesmo no raciocínio feito por V.Exa. de ter apoio de um décimo desta Comissão, acredito que, com o apoio do DEM, que se manifestou, pelo menos me fez um sinal o Deputado Claudio Cajado, que representa o Líder Ronaldo Caiado, isso supriria exatamente a solicitação de um décimo dos membros da Comissão o apoio que pudesse ter do DEM para solicitar essa verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Só um minuto, deixe-me ver se a gente entra num entendimento.

A pedido de V.Exa., vou submeter ao Plenário o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Porque isso manda o § 4º.

Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, para que não se abram precedentes, no caso, havendo a concordância do Democratas, passa a ter um décimo dos membros da Casa os 2 partidos juntos. Mas, para que não se abram precedentes, mesmo sendo Vice-Líder, o partido tem de ter um décimo dos membros da Casa, ou seja, o partido tem de ter 51 Deputados para que seja dada a verificação de *quorum* ou, então, que esteja apoiado o Parlamentar por mais 2 membros da Comissão.

V.Exa., apoiado pelo Democratas, passa, então, Deputado Arnaldo Jardim, a poder pedir verificação de *quorum*. Mas somente o Deputado Arnaldo Jardim não tinha a prerrogativa, dado o art. 185, § 4º: *"Havendo-se procedido a uma verificação de votação, antes do decurso de 1 hora da proclamação do resultado, só será permitida nova verificação por deliberação do Plenário, a requerimento de um décimo dos Deputados, ou de Líderes que representem esse número"*.

Então, apenas para ficar claro, para que não se abram precedentes nesta Comissão e em nenhuma outra Comissão desta Casa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Simão Sessim.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Antes que V.Exa. coloque em votação, queria que V.Exa. levasse em consideração. O Deputado Arnaldo Jardim é por nós todos, sem dúvida alguma, querido. Então, ele tem de ser ouvido. A proposta dele não é contra o requerimento, em hipótese alguma. O que nós queríamos, o que ele pretende, é que não seja convocado na condição de futuro Presidente da CELPE. Parece-me que é isso, a convocação do Deputado Ciro Nogueira.

Então, nós queríamos tentar resolver esse imbróglio todo, pedindo ao Deputado...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, é matéria vencida, é matéria vencida.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ... pedindo ao Deputado Ciro Nogueira a retirada do requerimento e que ele possa entrar com esse requerimento após a posse do novo Presidente da CELPE, onde ele viria na condição de Presidente da CELPE, que é agora dia 7. E, em seguida, no mesmo requerimento, ele convocaria o ex-Presidente da CELPE. Acho que ficaria resolvido isso. É isso, Deputado Arnaldo Jardim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não pode retirar, porque ele está em...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, com todo apreço e respeito que tenho pelo Deputado Simão Sessim, é matéria vencida. Já foi votado o requerimento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Já foi votado o requerimento e não pode ser procedido dessa forma, Deputado Simão Sessim, porque já tem processo de votação.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Tentar resolver...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, apenas uma sugestão. Poderíamos esperar a posse do futuro Presidente e, a partir daí, marcaríamos a audiência pública quando ele, então, for Presidente.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - E é o que vai acontecer, Sr. Presidente. Antes do dia 7, ninguém vai ser ouvido aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Exatamente. Gostaria de consultar o Deputado Arnaldo Jardim sobre a sugestão do Deputado Léo Alcântara, se ele concorda e se V.Exa. conseguiu o apoioamento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, o Deputado Léo Alcântara falou o contrário, falou que é matéria vencida e sobre ela não cabe nenhum tipo de adequação, modificação ou procedimento. Quero agradecer muito à delicadeza do Deputado Simão Sessim e não quero, de forma alguma, ter nenhuma prerrogativa diferente. Então, quero exatamente me fiar no Regimento Interno.

Há prerrogativa de se requerer a quebra de interstício, coisa que faço na condição de Vice-Líder, Sr. Presidente. E isso precisa ser deliberado pelo Plenário. E a verificação de votação assiste a mim, que requeri, em tendo o apoioamento do DEM, *quorum* qualificado para requerer a verificação. Então, nos 2 encaminhamentos, há amparo regimental. Dentro daquilo que tem sido o zelo de todos e de não ter nada que distorça o Regimento, é o que peço de procedimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - No início, disse que era matéria vencida porque foi votada, e, agora, vamos fazer uma verificação para saber se será mantida ou não. Então, não cabe mais a retirada do requerimento por parte do Deputado Ciro Nogueira, que foi o que sugeriu, Deputado Simão Sessim. A matéria foi votada. Nós vamos proceder, agora, a uma verificação.

No caso de Vice-Líder do partido, como V.Exa. é e eu sou também, o partido tem de ter a representação de um décimo na Casa, 51 Deputados. Meu partido não tem nem o partido de V.Exa. Então, precisaríamos, caso houvesse um pedido de verificação, teríamos de ter o apoio de mais partidos que totalizassem um décimo dos membros da Casa. Com todo apreço e respeito que tenho por V.Exa., não se trata aqui de questão pessoal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Para contraditar, Sr. Presidente, para contraditar, porque se trata...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Quero informar ao Deputado Arnaldo Jardim... Um minuto, por favor. Quero comunicar a V.Exa. que o senhor, que foi convocado pelo Deputado Ciro Nogueira, tomou posse hoje como



Presidente da CELPE. Luiz Antônio Ciarlini tomou posse hoje. Então, ele já é Presidente da CELPE. Então, quero consultar se V.Exa. mantém...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, então, o Deputado Ciro Nogueira retira o requerimento, refaz e apresenta na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, não! Ele não quer fazer!

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Mas, aqui, são os termos...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - O requerimento não foi votado, o requerimento não pode ser retirado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, quero só fazer uma contradita ao Deputado Léo Alcântara, delicado que foi, e reiterar também o apreço recíproco, mas dizer, porque essa é uma prerrogativa importante. Temos aqui o Dr. Silvio, temos a nossa Assessoria. Um décimo a que se refere para verificação nas Comissões é um décimo do Plenário das Comissões. Se formos entender, como propõe o Deputado Léo Alcântara, que esse um décimo se refere à representação de 51 Deputados, estaríamos alterando um procedimento nas Comissões, o que seria muito grave. O Dr. Silvio, nosso Secretário-Geral das Comissões da Casa, sabe muito bem disso. Um décimo é referente ao Plenário das Comissões.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - V.Exa. tem razão, Deputado. V.Exa. tem razão, V.Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de consultar se V.Exa. conseguiu mais 2 apoiantes para que pudesse apresentar a matéria para levar a processo de votação.

Consulto o Plenário, consulto V.Exa., para que fique bem claro o processo de votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, nós desejariamos, no futuro, a reciprocidade do partido. (Risos.) Claro, porque teremos outras votações.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Essa reciprocidade não houve, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, se houver a reciprocidade, nós apoiamos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O Deputado Cajado apoiou. Vamos abrir...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - O Deputado Cajado, Deputado, só para registro, V.Exa. estava muito empenhado na obstrução e não deve ter percebido, mas o Plenário talvez tenha visto que em todos os requerimentos votei com V.Exa., embora não participasse da obstrução, até porque meu partido não está em obstrução. O senhor teve o meu modesto voto, mas já teve independente da atitude que V.Exa. tomar neste instante.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, está concedida a reciprocidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Apoiado o Deputado Cajado, vamos abrir o processo de votação.

Gostaria de convidar o Deputado Léo Alcântara para fazer o escrutínio.
(Pausa.)

Está em processo de votação o Requerimento nº 54. Gostaria de pedir silêncio ao Plenário.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Pela aprovação.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - André Vargas. (Pausa.)

Arlindo Chinaglia. (Pausa.)

Augusto Farias. (Pausa.)

Carlos Zarattini. (Pausa.)

Ciro Nogueira. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - "Sim".

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Ciro Nogueira, "sim".

Eduardo da Fonte.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - "Sim".

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Fernando Marroni. (Pausa.)

Leonardo Quintão. (Pausa.)

Marcelo Guimarães Filho. (Pausa.)

Maurício Quintella Lessa. (Pausa.)

Wladimir Costa. (Pausa.)



Bloco PMDB/DEM/PPS.

Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Arnaldo Jardim, “não”.

Carlos Melles. (*Pausa.*)

Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, sou a favor do requerimento, mas, no processo de votação, o Democratas entra em obstrução.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Claudio Cajado, obstrução.

Marcio Junqueira.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Marcio Junqueira, “sim”.

Narcio Rodrigues. (*Pausa.*)

Rômulo Gouveia. (*Pausa.*)

Urzeni Rocha. (*Pausa.*)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Chico Lopes. (*Pausa.*)

Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA -

Sergio Petecão. (*Pausa.*)

PV.

Ciro Pedrosa.

O SR. DEPUTADO CIRO PEDROSA - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA -

Cleber Verde.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Cleber Verde, “sim”.

Antônio Andrade. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Chico Lopes, presente.



O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Chico Lopes, “sim” ou “não”? Deputado Chico Lopes, no microfone, por favor.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Chico Lopes, “sim”.

Antônio Andrade. (*Pausa.*)

Antônio Carlos Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Chamariz, “sim”.

Carlos Santana. (*Pausa.*)

Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Edio Lopes, “sim”.

Elismar Prado. (*Pausa.*)

Gladson Cameli.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - “Sim”.

Jorge Boeira. (*Pausa.*)

Léo Alcântara, “sim”.

Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Nelson Bornier, “sim”.

Paulo Maluf. (*Pausa.*)

Raul Henry. (*Pausa.*)

Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sim, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - “Sim”.

Alfredo Kaefer. (*Pausa.*)

Arolde de Oliveira. (*Pausa.*)

Betinho Rosado. (*Pausa.*)

Bispo Gê Tenuta. (*Pausa.*)

Bruno Rodrigues.

O SR. DEPUTADO BRUNO RODRIGUES - O PSDB está em obstrução.



O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - PSDB em obstrução.

Ilderlei Cordeiro. (Pausa.)

Pinto Itamaraty. (Pausa.)

Francisco Tenório. (Pausa.)

Manato. (Pausa.)

Mário Heringer. (Pausa.)

Fábio Ramalho. (Pausa.)

Léo Vivas. (Pausa.)

Votaram 14 Srs. Deputados, Sr. Presidente.

Foram 13 votos “sim”, 1 voto “não” e 2 obstruções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Anunciado o resultado, o item 7 do Requerimento nº 54, de 2009, está aprovada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, estamos quase encerrando nossos trabalhos da tarde de hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) - “Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Quero manifestar uma preocupação a V.Exa. sobre a reunião de amanhã, porque ela está marcada para as 11 horas da manhã. Hoje, chegamos aqui e a nossa reunião acabou começando quase 3 horas da tarde, originalmente marcada para as 2 horas da tarde. Então, isso faz parte, atraso, tudo o mais e tal. Mas temo, pois que amanhã teremos convidados às 11 horas da manhã, com as Comissões funcionando. Então, será que não seria interessante fazer um ajuste de horário, Sr. Presidente? Há um risco grande de termos dificuldade de horário às 11 horas e fazer a reunião. É uma preocupação que queria trazer a V.Exa. e aos demais membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou deixar registrada a sua preocupação, Deputado Arnaldo Jardim. Vamos fazer o possível para iniciar às 11 horas, já que pessoas importantes irão esclarecer muitos pontos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, peço o esforço de todos para que estejam presentes às 11 horas.



O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Sr. Presidente, vamos tratar agora da discussão do roteiro das reuniões nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Gladson Cameli, para tratar do Item 2 da pauta, discussão do roteiro de reuniões em outros Estados.

Informo também ao Plenário que às 17horas iremos ao Tribunal de Contas da União para uma reunião com os auditores do Tribunal de Contas e com o representante do Ministério Público, a fim de tratar das informações já recebidas por esta Comissão.

Então, convido todos os membros, aqueles que quiserem fazer parte, para irmos às 17 horas ao Tribunal de Contas. Acho que é importante que o máximo de representantes desta Comissão estejam presentes junto comigo e com o Relator.

Com a palavra o Deputado Gladson Cameli.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Sr. Presidente, quero encaminhar o seguinte: conversei com o Deputado Edio Lopes, de Roraima, para que, no dia 10, quinta-feira, fizéssemos audiência pública em Roraima; dia 11, no Amazonas; dia 12, no Acre. A Força Aérea Brasileira já disponibilizou um avião. S.Exa. me falou de 15 lugares. Mas, pelo que conheço do equipamento, essa aeronave possui apenas onze. Então, iriam 11 ou 15 Parlamentares, de acordo com os lugares da aeronave. Precisaríamos definir isso para nos preparar nos nossos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - A confirmação já foi recebida oficialmente... Não recebemos ainda o comunicado oficial da Aeronáutica para saber qual vai ser a aeronave. Até agora, são especulações.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Pela informação do Deputado Edio Lopes, é um Legacy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos aguardar. Vou pedir o encaminhamento oficial para saber qual vai ser a aeronave e quantos lugares vamos ter disponíveis, a fim de que possamos convidar os representantes.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Mas seria possível esta Comissão nos dar um retorno o mais breve possível, justamente para que possamos nos preparar nos nossos Estados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sem dúvida.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Marcio Junqueira.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, a título de sugestão, nós já tínhamos comentado antes, tendo em vista a distância dos nossos Estados, caso a Força Aérea não disponibilize a aeronave, nós entendemos que, mesmo assim, podemos realizar esses trabalhos externos com os membros da bancada daquela Região.

Portanto, a Comissão poderia designar os Presidentes e os Relatores, de acordo com a bancada nas Regiões, e nós não estaríamos então reféns da boa vontade que, quero reconhecer, tem tido a Força Aérea, porque vemos os trabalhos que eles fazem por todo o País. Como é de praxe todos nós da Região, na quinta-feira, nos dirigirmos às nossas bases, poderíamos, caso a Força Aérea não se manifeste, combinar entre nós a realização de reuniões nos Estados.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Mas só que, na Região Norte, Deputado Marcio Junqueira, eu gostaria apenas de reiterar, no caso de Roraima e do Amazonas, até se disponibilizam voos diários com várias frequências, mas, quando se fala em sair do Amazonas para ir para o Acre, já fica complicado. A situação é a questão de horários de voo. Então, nós devemos ficar bem inteirados desse assunto para não nos causar problemas e prejuízos. Por isso, quero reiterar que devemos pedir a complacência da própria Força Aérea Brasileira, no sentido de ter um avião para que possamos executar os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Cleber Verde e, em seguida, o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, foi aprovado requerimento de minha autoria para uma audiência pública no Maranhão. Quero saber de V.Exa. se já foi definida a data dessa audiência pública no Maranhão. E também foi aprovado um requerimento do nobre Relator convocando todos os



presidentes de companhias dos Estados. Já tem data definida da presença desses presidentes na Comissão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ainda não. Vamos iniciar as audiências públicas externas com o Acre e com Roraima e, posteriormente, iremos encontrar a data para o Maranhão, para Alagoas, Pernambuco e Ceará.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, apenas a título de informação. É preciso apresentar um outro requerimento para convocar o Presidente da CEMAR ou o requerimento aprovado aqui já define, foi bem amplo, convocando todos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos consultar, de qualquer forma, se o Presidente da CEMAR já está convocado. Se não, vamos lhe avisar para que V.Exa. possa fazer a solicitação.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, tenho menos experiência aqui. Sou Deputado de primeiro mandato. Não sou nenhum condecorado do Regimento com detalhes. Outro dia, nós tivemos um debate na Comissão de Transportes, da qual participo, e nós vimos pelo Regimento Interno que a Comissão dos Transportes não pode fazer audiências públicas fora do recinto da Casa. Eu acho importante que a Comissão Parlamentar de Inquérito possa ter iniciativa, andar pelos Estados, para que os Deputados possam dialogar, levantar questões, tudo o mais e tal.

Mas indago de V.Exa. para esclarecimento, talvez com a ajuda do nosso regimentalista, se isso é uma audiência pública. No caso, por exemplo, da Comissão dos Transportes, nós decidimos chamar de seminário, porque não poderia haver a realização de audiências fora do recinto da Comissão. Eu, por exemplo, sou interessado, quero participar ativamente dos debates aqui, tudo o mais e tal. Repito: acho importante que se vá aos Estados. Quando for no Estado de São Paulo, quero participar. Não vou conseguir ir a outros por decorrência das nossas atividades. O debate principal nós vamos fazer aqui. Então, pergunto: a caracterização é de audiência pública? Isso encontra amparo no Regimento? É assim que nós vamos proceder, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Exatamente, Deputado Arnaldo jardim. É audiência pública das CPIs. Só as CPIs podem se deslocar para os Estados para que se possa realizar audiências *in loco* nos Estados solicitados.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - E, no caso, por exemplo, os Deputados não irão a todas as audiências. Acredito que vai ser difícil. Talvez haja um esforço do Sr. Presidente e do Relator no sentido de permitir que possamos ir a todas. Mas dificilmente iremos. Nós vamos receber o quê? Nós vamos ter um relato das atividades, além da ata, para poder acompanhar? O que V.Exa. pensa do ponto de vista de informação do conjunto dos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - V.Exa. vai ter acesso às notas taquigráficas das audiências públicas e vai ser convidado também para participar de todas elas. Tenho certeza de que será uma honra enorme se V.Exa. puder participar da maior parte das audiências públicas aqui e fora da Casa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Eu agradeço muito. Considero-me satisfeito. Então, se entendi, vamos ter à disposição na Secretaria todos os documentos que são exatamente os debates que aconteceram, as argumentações apresentadas por cada um dos segmentos nessas audiências. É isso, não é Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Exatamente, é uma audiência pública, e todos os membros terão acesso aos documentos produzidos por essas audiências.

O Deputado Cleber Verde, em relação à CEMAR, o Requerimento nº 32, de 2009, de V.Exa. requer a realização de audiência pública no Estado do Maranhão, para pedir esclarecimentos à CEMAR, Companhia Energética do Maranhão, referente aos valores cobrados aos consumidores maranhenses, que são os mais altos do País.

Estão convocados o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, Presidente da CEMAR; representante da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL; da Promotoria de Defesa do Consumidor de São Luís; da Secretaria de Estado de Direitos Humanos; e de órgãos de defesa do consumidor e PROCON.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, quando da audiência pública, os palestrantes serão convocados pela CPI?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Convocados.

Diz o requerimento diz: "Requeiro a V.Exa., nos termos regimentais, que, ouvido o Plenário desta CPI, seja realizada audiência pública no Estado do Maranhão, com a presença dos membros da CPI Tarifas da Energia Elétrica."

Todos estão convocados, Deputado Cleber Verde.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - E na questão do requerimento aprovado, do Relator, que convoca todos os presidentes de companhias, ele também terá que vir dar explicações na CPI, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ou aqui ou nos Estados. Então, sempre perante reunião da CPI, eles vão prestar esclarecimentos. O requerimento do Relator diz que pode ser nos Estados ou na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Nesse sentido, Sr. Presidente, em relação ao Maranhão, eu gostaria que pudéssemos direcionar essas convocações para o Estado, pela importância que tem, pela presença da comunidade lá, inclusive de lideranças que querem se manifestar, querem apresentar algumas questões outras que podem ser importantes para o relatório específico do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sem dúvida que o Maranhão é um dos Estados que sofre mais com as altas tarifas de energia elétrica. Hoje, Deputado Arnaldo Jardim, é o Estado que tem a maior tarifa do Brasil, cerca de 70% mais caro que a energia do Distrito Federal e cerca de 48% mais cara que o Estado de São Paulo, tendo em vista o poder aquisitivo, uma renda *per capita* bem inferior a esses outros 2 Estados. Então, tenho a certeza, Deputado Cleber Verde, de que será uma das audiências públicas importantes desta Comissão, porque iremos, com certeza, tentar esclarecer o máximo possível e buscar resultados concretos para o povo do Maranhão.

Consulto, Deputado Chamariz, para que faça uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente, eu queria ver qual a data da audiência no nosso Estado, Alagoas. Se pode ser dia 25. Eu não sei a disponibilidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dez, onze e doze, já estão disponibilizados para que possamos ir ao Norte do País. Posteriormente, iremos marcar o Maranhão, Alagoas, Pernambuco e Ceará. Então, vamos ver a agenda para que possamos realizar essas audiências públicas. Tenho certeza, Deputado Chamariz, V.Exa. é um dos maiores defensores do povo de Alagoas, preocupado sempre com os consumidores e com as altas tarifas cobradas no Estado de Alagoas.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de passar a palavra ao Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, encontra-se em minhas mãos um documento que foi remetido pelo Tribunal de Contas da União. Nós iremos, inclusive, fazer uma audiência agora, com os técnicos de lá, para que nos acompanhem e que também façam outros procedimentos que solicitarei. A audiência será sobre procedimentos já adotados, o contexto de atuação do Tribunal no âmbito da regulamentação, acompanhamento dos processos de revisão tarifária, acompanhamento dos leilões de transmissões, acompanhamento nos leilões de geração de energia elétrica, auditoria de natureza operacional sobre perdas elétricas e o que remeterei aos Deputados também, para que eles possam estar com esses documentos, tirando o melhor proveito possível.

Sr. Presidente, também solicitei documentos de uma audiência feita no Senado, que eu tive o cuidado de acompanhar, da empresa de pesquisa energética, Brasil, Potência Energética, todos os dados, todos os estudos, os desafios estratégicos de infraestrutura elétrica do Colégio Brasileiro de Altos Estudos. São documentos que, tenho certeza, serão de grande valia para todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto se mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos. Antes, convoco reunião de audiência pública para amanhã, as 11h, com os senhores Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; Hermes Jorge Chipp,



Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico; Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL.

Está encerrada a reunião.